



Recibo de Entrega de Emendas

Chave de Segurança: **474950**

EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

NÚMERO	UO	AÇÃO + SUBTÍTULO	LOCALIDADE	ACRÉSCIMO (R\$ 1,00)
60000001	51101	Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer - Nacional	Nacional	150.000.000
60000002	54101	Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional - Nacional	Nacional	150.000.000
60000003	53101	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional	Nacional	150.000.000
60000004	36901	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas - Nacional	Nacional	450.000.000

EMENDA DE REMANEJAMENTO DE DESPESA

NÚMERO	UO	AÇÃO + SUBTÍTULO	LOCALIDADE	ACRÉSCIMO (R\$ 1,00)
60000005	36901	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - Nacional	Nacional	100.000.000
60000006	53204	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional	Nacional	200.000.000
60000007	56101	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária - Nacional	Nacional	100.000.000

EMENDA DE CANCELAMENTO DE DESPESA

**Nenhuma emenda encontrada.*

EMENDA AO TEXTO DA LEI

**Nenhuma emenda encontrada.*

EMENDA À RECEITA (reestimativa)

**Nenhuma emenda encontrada.*

EMENDA DE RENÚNCIA DE RECEITA

**Nenhuma emenda encontrada.*

TOTAIS

	QUANTIDADE	Valor (R\$ 1,00)
EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA	4	900.000.000
EMENDA DE REMANEJAMENTO DE DESPESA	3	400.000.000
EMENDA DE CANCELAMENTO DE DESPESA	0	0
EMENDA AO TEXTO DA LEI	0	0
EMENDA À RECEITA (reestimativa)	0	0
EMENDA DE RENÚNCIA DE RECEITA	0	0
TOTAL	7	

AUTOR DA EMENDA

6000 - Com. Mista, Plan.Orç.e Fiscalização

Assinatura: _____

TIPO AUTOR

Comissão Mista do Congresso

Credenciado: _____

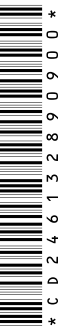


CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA NONA REUNIÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA,
DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E
FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 28 DE AGOSTO, 10 DE
SETEMBRO, 16 DE OUTUBRO, 12 DE NOVEMBRO, 27 DE
NOVEMBRO E 3 DE DEZEMBRO DE 2024.**

PENDENTE DE DELIBERAÇÃO

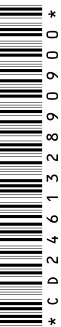
Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foram registradas as presenças dos **Deputados Titulares:** Adail Filho, AJ Albuquerque, Beto Richa, Cabo Gilberto Silva, Dal Barreto, Daniel Agrobom, Domingos Sávio, Dr. Victor Linhalis, Fernanda Pessoa, Fernando Rodolfo, Florentino Neto, Jonas Donizette, Julio Arcoverde, Julio Cesar Ribeiro, Laura Carneiro, Leo Prates, Luiz Nishimori, Lula da Fonte, Márcio Biolchi, Merlong Solano, Murillo Gouvea, Orlando Silva, Paulão, Professora Luciene Cavalcante, Yury do Paredão, Zé Vitor e Zeca Dirceu; **dos Senadores Titulares:** Angelo Coronel, Confúcio Moura, Fabiano Contarato, Jayme Campos, Jorge Kajuru, Leila Barros e Marcos Rogério; dos Deputados Suplentes: Átila Lins, Claudio Cajado, Clodoaldo Magalhães, Cobalchini, Dagoberto Nogueira, Filipe Martins, Heitor Schuch, Idilvan Alencar, Jadyel Alencar, Juninho do Pneu, Leur Lomanto Júnior, Murilo Galdino, Nilto Tatto, Paulinho Freire, Rosângela Reis, Waldenor Pereira e Zé Haroldo Cathedral; **dos Senadores Suplentes:** Hamilton Mourão, Jaime Bagattoli, Teresa Leitão e Zenaide Maia; e dos Deputados Não Membros: Carlos Gaguim, Carlos Zarattini, Erika Kokay, Gabriel Nunes, José Medeiros, Luiz Carlos Motta, Randolfe Rodrigues. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares: Filipe Barros, José Priante, Luis Tibé e Rodrigo de Castro e os Senadores Titulares Astronauta Marcos Pontes, Ciro Nogueira, Rodrigo Cunha e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

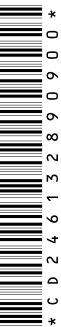
Sérgio Petecão. **ABERTURA:** às quinze horas e cinquenta e um minutos, do dia vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e quatro, o Presidente, Deputado Julio Arcoverde, iniciou os trabalhos e comunicou que havia o quórum para a abertura da Reunião, segundo estabelece o *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional* e também o quórum para a deliberação, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. **EXPEDIENTES:** O Presidente solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata da 8ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 14 de agosto. Não houve pedido de retificação da Ata. Em votação, a Ata foi aprovada nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia quatorze de agosto até a presente data, inclusive, os avisos do Tribunal de Contas da União que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet. O Presidente declarou, ainda, **PREJUDICADO o Requerimento nº 3/2024 CMO**, de autoria do deputado Da Vitoria, por falta de amparo regimental. Em prosseguimento, o Presidente consultou o Plenário sobre a **inclusão na pauta do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 25/2024-CN** e sobre a possibilidade de votação deste Relatório, a despeito do previsto no *art. 128 da Resolução nº1 de 2006 do Congresso Nacional*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente pode ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis após sua distribuição. Em deliberação, **APROVADAS** a inclusão na pauta e a quebra do interstício. **ORDEM DO DIA:** Item 1– Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 25/2024-CN**, do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024”. Relator: Deputado CLAUDIO CAJADO. Voto:





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

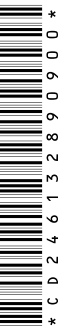
pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Quanto às 6 (seis) emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela REJEIÇÃO. O Relator leu o Relatório e não houve oradores inscritos para debater. Em deliberação o Relatório foi **APROVADO** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. Item 2 - **Requerimento nº 6/2024-CMO**, que “Requer a realização de audiência pública para debater os gastos tributários, com ênfase nos seus efeitos sobre as respectivas políticas públicas e sobre a política fiscal”. Autor: Deputado CLAUDIO CAJADO. O autor fez a justificativa de seu Requerimento e solicitou a inclusão dos seguintes convidados: Sr. Sergio Firpo, Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério de Estado de Planejamento e Orçamento; Sr. Guilherme Mello, Secretário de Política Econômica do Ministério de Estado da Fazenda; Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz, Secretário de Controle Externo de Contas Públicas do Tribunal de Contas da União; e Sr. Robinson Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal. Discutiram a matéria os deputados Cabo Gilberto Silva e Carlos Zarattini. Em deliberação, o Requerimento foi **APROVADO** com a inclusão dos convidados, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **SUSPENSÃO:** O Presidente suspendeu a reunião às dezesseis horas e onze minutos, do dia vinte e oito de agosto, do ano de dois mil e vinte e quatro. **REABERTURA:** às quatorze horas e trinta e quatro minutos, do dia dez de setembro de dois mil e vinte e quatro, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, para a abertura da Reunião e também, conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, para a deliberação de matérias, o Presidente, deputado Julio Arcoverde, reiniciou os trabalhos. **ORDEM DO DIA:** Conforme o disposto no *parágrafo único do Art. 110 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

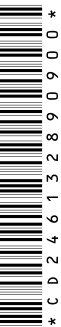
Presidente anunciou a apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória Nº 1.231/2024**, do Poder Executivo, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 124.060.365,00, para o fim que especifica”. Relator: Senador HAMILTON MOURÃO. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Não foram apresentadas emendas à Medida Provisória. O Relator leu o Relatório e, iniciada a discussão, fez uso da palavra o deputado Jonas Donizette. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Presidente anunciou a apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória Nº 1.233/2024**, do Poder Executivo, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Fazenda, das Cidades, e de Portos e Aeroportos, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 17.587.897.059,00, para os fins que especifica”. Relator: Deputado LEO PRATES. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada, foi INADMITIDA. O deputado Claudio Cajado, Relator *ad hoc*, conforme o *inciso V do art. 15 da Resolução nº 1/2006—CN*, leu o relatório. Em conformidade com o disposto no *§ 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou inadmitida a emenda indicada pelo Relator no seu voto. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. Apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória Nº 1.243/2024**, do Poder Executivo, que “Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça do Trabalho e do Ministério Público da União, no valor de R\$ 27.163.242,00, para os fins que especifica”. Relator: Senador ROGÉRIO CARVALHO. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Não foram apresentadas emendas à Medida Provisória. O





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

senador Hamilton Mourão, designado como Relator *ad hoc*, fez a leitura do Relatório. Não houve discussão. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória Nº 1.246/2024**, do Poder Executivo, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura e Pecuária, no valor de R\$ 230.891.005,00, para os fins que especifica”. Relator: Senador JORGE KAJURU. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada o relator ofereceu voto pela inadmissibilidade. O senador Hamilton Mourão, designado como Relator *ad hoc*, fez a leitura do Relatório. O Presidente declarou inadmitida a emenda indicada pelo Relator no seu voto, conforme o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional. Não houve discussão. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória Nº 1.248/2024**, do Poder Executivo, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.454.799.092,00, para os fins que especifica”. Relator: Deputado LULA DA FONTE. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada, foi INADMITIDA. O Relator leu o Relatório e o Presidente declarou inadmitida a emenda indicada pelo Relator, conforme o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional. Não houve discussão. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente propôs ao Plenário a **inclusão na Pauta** do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 18/2024-CN**, bem como dos **Requerimentos de números 11, 12 e 13/2024 CMO**. O deputado Jonas Donizette





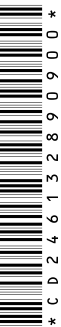
CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

solicitou que fossem também incluídos na pauta os Relatórios apresentados aos Projetos de Lei de números 15, 16, 17 e 21/2024-CN e o Presidente esclareceu que, como não houve previamente uma reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na Comissão, por cautela, os Relatórios citados não seriam incluídos na pauta desta reunião. No entanto, antes da próxima sessão do Congresso Nacional, convocaria uma reunião do Colegiado de Lideranças para acordar a votação destas matérias. Em deliberação, a inclusão na Pauta do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 18/2024-CN, bem como dos Requerimentos de números 11, 12 e 13/2024 CMO, foi **APROVADA** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. O deputado Daniel Agrobom usou da palavra.

EXTRAPAUTA - Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 18/2024-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, crédito especial no valor de R\$ 500.000,00, para o fim que especifica". Relator: Deputado COBALCHINI. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. O deputado Jonas Donizette, designado *ad hoc*, leu o Relatório. Não houve discussão. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional.

EXTRAPAUTA – Apreciação do **Requerimento nº 11/2024-CMO**, do Poder Executivo, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater o Orçamento destinado à Mitigação de Desastres, com foco na prevenção". Autora: Deputada PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE. A autora fez a justificativa de seu Requerimento. Não houve discussão. Em deliberação, o Requerimento foi **APROVADO** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional.

EXTRAPAUTA – Apreciação do **Requerimento nº 12/2024-CMO**, do Poder Executivo, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater o Orçamento destinado à programações e políticas

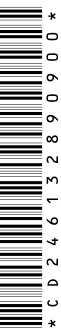




CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

públicas para as mulheres". Autora: Deputada PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE. A autora fez a justificativa de seu Requerimento. Não houve discussão. Em deliberação, o Requerimento foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

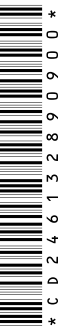
SUSPENSÃO: O Presidente agradeceu a presença de todos e suspendeu a reunião às quinze horas e dez minutos, do dia dez de setembro, do ano de dois mil e vinte e quatro. **REABERTURA:** às quatorze horas e quarenta e três minutos, do dia dezesseis de outubro de dois mil e vinte e quatro, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, para a abertura da Reunião e também, conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, para a deliberação de matérias, o Deputado AJ Albuquerque, de acordo com o *artigo 14 da Resolução 1, de 2006, do Congresso Nacional*, reiniciou os trabalhos. **ORDEM DO DIA:** Conforme o disposto no *parágrafo único do Art. 110 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente anunciou a apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 1.237/2024** – do Poder Executivo - que "Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Federal, da Defensoria Pública da União, do Ministério do Trabalho e Emprego, e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$2.036.694.007,00 (dois bilhões, trinta e seis milhões, seiscentos e noventa e quatro mil e sete reais), para os fins que especifica." Relator Deputado MÁRCIO BIOLCHI. Voto: pela aprovação da MPV nº 1.237/2024, na forma apresentada pelo Poder Executivo. À Medida Provisória não foram apresentadas emendas. O Relatório foi lido pelo Relator Ad hoc Deputado Florentino Neto. Não houve discussão. Em deliberação, o relatório foi **APROVADO**. O Presidente em exercício propôs ao Plenário a **inclusão na Pauta** dos Relatórios apresentados aos **Projetos de Lei nºs 15 e 19-CN**, bem como do **Requerimento nº 14/2024 CMO**. Em deliberação, a inclusão na Pauta dos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relatórios apresentados aos Projetos de Lei nºs 15 e 19/2024-CN, bem como do Requerimento nº 14/2024 CMO, foi **APROVADA** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. Em seguida, a Deputada Adriana Ventura questionou a presidência sobre o início da apreciação do Projeto de Lei Orçamentário para 2025 na Comissão. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2024-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, crédito suplementar no valor de R\$ 227.000.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado ORLANDO SILVA. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Quanto às 3 (três) emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela REJEIÇÃO. O Relatório foi lido pelo Relator Ad hoc Deputado Zeca Dirceu. Não houve discussão. Em deliberação, o relatório foi **APROVADO**. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2024-CN**, que "Altera a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024 – LOA 2024 (alteração proposta pela Mensagem presidencial nº 871/2024)." Relator: Deputado ADAIL FILHO. Voto: pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo apresentado. Quanto a emenda apresentada, recebeu voto pela REJEIÇÃO. O Relatório foi lido pelo Relator Ad hoc Deputado Jadyel Alencar. Discutiram a matéria a Deputada Adriana Ventura e os Deputados Florentino Neto, Jonas Donizette, Erika Kokay e Júlio César. Discutiu, ainda, a matéria o Deputado Daniel Agrobom que solicitou a retirada de pauta da matéria para que a mesma fosse analisada oportunamente. O Senador Randolfe Rodrigues, como representante do governo, fez um apelo para que a matéria fosse deliberada nesta reunião e garantiu a apresentação de adendo para atender o pedido da Dep. Erika Kokay e bancada do DF, com os



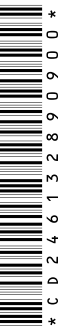


CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ajustes necessários para a ampliação orçamentária a fim de atender a nomeação dos bombeiros e outras carreiras contempladas no Projeto de Lei. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

SUSPENSÃO: O Presidente em exercício agradeceu a presença de todos e suspendeu a reunião às quinze horas e quarenta minutos, do dia dezesseis de outubro, do ano de dois mil e vinte e quatro.

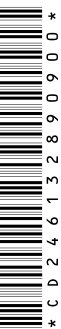
REABERTURA: Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e quatro, havendo número regimental, conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, para a abertura da Reunião e também, conforme estabelecido no art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional, para a deliberação de matérias, o Senador Jayme Campos, primeiro vice-presidente da Comissão Mista de Orçamentos, reiniciou os trabalhos. Conforme o disposto no parágrafo único do Art. 110 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente em exercício anunciou a apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 1244/2024** – do Poder Executivo - que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Banco Central do Brasil; e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 1.253.601.800,00, para os fins que especifica." Relator Deputado HEITOR SCHUCH. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Não foram apresentadas emendas à Medida Provisória. O relatório foi lido pelo Relator. Em discussão, não houve quem quisesse discutir a matéria. Em deliberação o Relatório foi aprovado nas representações de ambas as Casas. A matéria será encaminhada à Câmara dos Deputados. Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos assumiu os trabalhos o Deputado Murillo Gouvea membro da Comissão. Apreciação do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 1252/2024** – do Poder Executivo - que "Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e dos Ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional, das Cidades e de Portos e Aeroportos, no valor de R\$ 1.625.802.558,00, para os fins que especifica." Relatora Senadora LEILA BARROS. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada, a relatora ofereceu voto pela INADMISSIBILIDADE. O relatório foi lido pelo Relator ad hoc Senador Jayme Campos. Em discussão, não houve quem quisesse discutir a matéria. Em deliberação o Relatório foi aprovado nas representações de ambas as Casas. A matéria será encaminhada à Câmara dos Deputados. O Presidente em exercício declarou inadmitida a emenda indicada pelo Relator ad hoc no seu voto, conforme o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional. Não houve discussão. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 1254/2024** – do Poder Executivo - que "Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.976.872.000,00, para os fins que especifica." Relator Senador FERNANDO FARIAS. Voto: relatório com voto pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Não foram apresentadas emendas à Medida Provisória. O Relatório foi lido pelo Relator ad hoc, Senador Jayme Campos. Iniciada a discussão, não houve quem quisesse discutir a matéria. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO**. Às quinze horas reassumiu os trabalhos o primeiro Vice-Presidente, Senador Jayme Campos que concedeu a palavra à Deputada Adriana Ventura que utilizou o tempo de líder para se manifestar a respeito do atraso dos cronogramas das matérias orçamentárias LDO e LOA para 2025. Da mesma forma o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

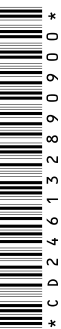
Deputado Jonas Donizette também fez uso da palavra sobre a mesmo tema. Em seguida, o presidente em exercício propôs a apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 1258/2024** – do Poder Executivo - que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Defesa; da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e dos Povos Indígenas, no valor de R\$ 514.474.666,00, para os fins que especifica.” Relator Deputado ZÉ HAROLDO CATHEDRAL. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às 4 (quatro) emendas apresentadas, o relator ofereceu voto pela inadmissibilidade. O Relatório foi lido pelo Relator. Não houve quem quisesse discutir a matéria. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO**. Às quinze horas e vinte e dois minutos a presidência da reunião foi concedida ao segundo vice-presidente, Deputado Dr. Victor Linhalis que colocou em apreciação o Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 1253/2024** – do Poder Executivo – que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 308.250.000,00, para os fins que especifica. ” Relator Deputado ZECA DIRCEU. Voto: favorável à Medida Provisória nos termos do Poder Executivo. À Medida Provisória não foram apresentadas emendas. Não houve quem quisesse discutir a matéria. Em votação, o Relatório foi APROVADO nas representações de ambas as Casas. **SUSPENSÃO**: Às quinze horas e vinte e sete minutos, o presidente em exercício suspendeu a reunião. **REABERTURA**: Às dezesseis horas e trinta minutos do dia vinte sete de novembro do ano dois mil e vinte e quatro, o presidente da CMO, Deputado Julio Arcoverde, declarou reiniciada a presente reunião e havendo quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional, propôs ao Plenário a inclusão na pauta





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da Minuta da Instrução Normativa que “Estabelece excepcionalmente regras para apresentação de emendas parlamentares ao Projeto de Lei Orçamentária do exercício 2025 (PLOA 2025)”. Em deliberação a inclusão na pauta da Minuta da Instrução Normativa foi aprovada nas duas Casas do Congresso Nacional. Apreciação da referida Minuta da Instrução Normativa. O autor, Senador Ângelo Coronel apresentou um resumo das principais informações sobre a Minuta. Não houve quem quisesse discutir a matéria. Em deliberação, a Minuta da Instrução Normativa foi **APROVADA**. Em seguida, o Presidente da CMO comunicou que, tendo em vista acordo firmado, propôs a inclusão na Pauta do Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 3/2024-CN. Em votação a inclusão foi aprovada pelas representações da Câmara e do Senado Federal. Apreciação do Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 3/2024-CN e Errata, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências. (Alteração proposta pela Mensagem presidencial nº 983/2024).” O Relatório e errata foram lidos pelo Relator Senador Confúcio Moura. Voto: pela aprovação na forma ora apresentada. Quanto às 37 (trinta e sete) emendas apresentadas, ofereceu voto pela APROVAÇÃO às de nºs 8, 14, 15, 17, 18, 19, 23 e 24, APROVAÇÃO PARCIAL às de nºs 1, 10, 11, 20, 21, 22, 27, 29, 34, 36 e 37, e REJEITADAS as demais. O Deputado Domingos Sávio discutiu a matéria e propôs o adiamento da votação com intuito de reforçar a autonomia do Poder Legislativo. Não havendo mais quem quisesse discutir a matéria, o Presidente da CMO encerrou a discussão e, às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos do mesmo dia, suspendeu os trabalhos em virtude de acordo de líderes firmado, adiando a deliberação da referida matéria para a próxima reunião a ser convocada. **REABERTURA:** Às quinze horas e trinta e oito minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte quatro, foi

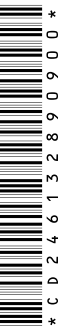




CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reiniciada a Nona Reunião Deliberativa Extraordinária, sob o comando do segundo vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Dr. Victor Linhalis, que anunciou a apreciação das Sugestões de Emendas a serem apresentadas pela CMO à Lei Orçamentária para 2025 (PLN 26/2024-CN). Relator: Deputado Cláudio Cajado. O Relator informou que foram sugeridas 50 (cinquenta) emendas pelos membros da Comissão, das quais foram aproveitadas 17. Destas, em virtude de acordo firmado no Colegiado de Líderes, resultaram em 4 (quatro) sugestões de emendas de apropriação de despesas e 3 (três) de remanejamento. São elas:

EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESAS: **Emenda 01** - de autoria do Deputado Victor Linhalis, UO: Ministério do Esporte, Ação: 00SL – Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer, Nacional, Valor: R\$150.000.000,00 (cento cinquenta milhões de reais); **Emenda 02** - de autoria do Deputado Claudio Cajado, UO: Ministério do Turismo, Ação: 20Y3 – Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional, Nacional, Valor: R\$150.000.000,00 (cento cinquenta milhões de reais); **Emenda 03** - de autoria do Deputado Leo Prates, UO: CODEVASF, Ação: 00SX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, Nacional, Valor: R\$150.000.000,00 (cento cinquenta milhões de reais); **Emenda 04** – de autoria do Senador Angelo Coronel e dos Deputados Daniel Agrobom, Juninho do Pneu, Roberto Monteiro Pai e Julio Arcoverde, UO: Fundo Nacional de Saúde à Ação: 2E89 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas, Nacional, Valor: R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais). **REMANEJAMENTO:** **Emenda 01** – De autoria da Senadora Leila Barros e dos Deputados Daniel Agrobom, Roberto Monteiro Pai, Adail Filho, Murilo Galdino, UO: Fundo Nacional de Saúde, Ação: 2E90 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas, Nacional – Valor: 100.000.000,00 (cem milhões) - Cancelamento de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões) no sequencial 1621 e R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões) sequencial 1628; **Emenda 02** – De autoria do Deputado Murilo Galdino, UO: DNOCS, Ação: 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, Nacional, Valor: R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) - Cancelamento de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) no sequencial 2898; **Emenda 03** – de autoria do Senador Rodrigo Cunha e dos Deputados Leo Prates e Jonas Donizette, UO: Ministério das Cidades, Ação: 00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária, Valor: R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) - Cancelamento de Valor: R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) sequencial 3175. Em discussão, o Deputado Cobalchini questionou o motivo das emendas apresentadas por ele não terem sido escolhidas. O segundo vice-presidente justificou o acordo firmado na reunião do Colegiado de Líderes no qual houve um consenso na escolha e divisão das emendas. O Deputado Merlong Solano solicitou então que fossem citados todos os parlamentares que apresentaram emendas para saúde. Então o Relator Deputado Cláudio Cajado pediu que constasse em ata todos os parlamentares que apresentaram sugestão de emendas. São eles: Senadores Angelo Coronel, Confúcio Moura, Fernando Farias, Hamilton Mourão, Jaime Bagattoli, Leila Barros, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Teresa Leitão, Zenaide Maia e os Deputados Adail Filho, Cláudio Cajado, Cobalchini, Daniel Agrobom, Dr. Victor Linhalis, Heitor Schuch, Jonas Donizette, Julio Arcoverde, Juninho do Pneu, Leo Prates, Merlong Solano, Murilo Galdino, Professora Luciene Cavalcante, Roberto Monteiro Pai, Waldemar Oliveira, Yuri do Paredão, Zé Vitor. Em deliberação as sugestões de emendas apresentadas pelo Relator foram





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

APROVADAS na representação das duas Casas Legislativas. Em seguida, o Cabo Gilberto Silva fez um alerta ao Senador Ângelo Coronel para que constasse no relatório-geral da LOA para 2025 o cronograma de execução de emendas individuais obrigatórias a fim de que não ocorresse o atraso que vem ocorrendo este ano. Em seguida, o vice-presidente da CMO, comunicou que, também foi acordado na reunião do Colegiado de Líderes, as seguintes alterações no cronograma de apresentação de emendas à Lei Orçamentária Anual para 2025: 1- Apresentação de emendas à despesa e à receita, inclusive renúncia de receita de 28/11/2024 a 5/12/2024 às 18h; 2- Publicação em avulso eletrônico das emendas de 05/12/2024 (18h01) a 05/12/2024; 3- Publicação do relatório da receita de 05/12/2024 (18h01) a 05/12/2024; 4- Votação do relatório da receita e suas emendas de 06/12/2024 a 06/12/2024(10h); 5- Publicação do relatório preliminar 06/12/2024 (10h01) a 06/12/2024; 6- Apresentação de emendas ao relatório preliminar 06/12/2024 (10h02) a 06/12/2024 (11h); 7- Votação do relatório preliminar e suas emendas de 06/12/2024 (11h01) a 06/12/2024. Informou ainda que o ofício com as alterações já havia sido assinado pela presidência da CMO e seria encaminhado ao Presidente Rodrigo Pacheco. Por fim, o Deputado Cláudio Cajado solicitou a palavra e informou que, a pedido do Relator-Geral, retifica o valor da **Emenda 02 de Remanejamento** para R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) Ação: UO: DNOCS, Ação: 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, Nacional - Cancelamento de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) no sequencial 2898. O presidente em exercício colocou em deliberação a retificação solicitada pelo Deputado Cláudio Cajado, **APROVADA**. **SUSPENSÃO:** Às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos, o segundo vice-presidente da CMO, Deputado Dr. Victor Linhalis suspendeu a presente reunião e convocou a continuação para o dia





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

seguinte, quarta-feira, às dez horas e trinta minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário-Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Julio Arcoverde, Presidente.

